



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE LETRAS – CAMPUS III  
CURSO DE LETRAS

JANIELLY SOARES RAMOS

**ATITUDES DO PROFESSOR FACE À VARIEDADE  
LINGUÍSTICA DOS ALUNOS**

GUARABIRA - PB  
2014

JANIELLY SOARES RAMOS

**ATTITUDES DO PROFESSOR FACE À VARIEDADE  
LINGUÍSTICA DOS ALUNOS**

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciada em Letras.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra Wanilda Vidal de Lima Larcerda.

GUARABIRA - PB

2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE  
GUARABIRA/UEPB

R175a Ramos, Janielly Soares

Atitudes do professor face à variedade linguística dos alunos [manuscrito]. / Janielly Soares Ramos. – Guarabira: UEPB, 2014.

20 p. : Il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Estadual da Paraíba,

“Orientação Prof<sup>a</sup>. Ma. Wanilda Vidal de Lima

JANIELLY SOARES RAMOS

**ATTITUDES DO PROFESSOR FACE A VARIEDADE LINGUÍSTICA DOS ALUNOS**

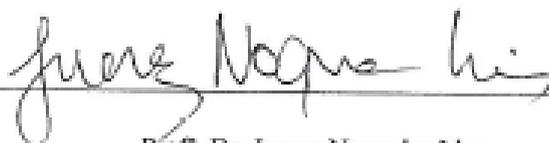
Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciada em Letras.

Aprovada em: 03/12/2014

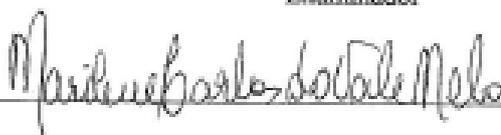
**BANCA EXAMINADORA**



Prof.<sup>a</sup> Dra. Wanilda Vidal de Lima Lacerda  
Orientadora



Prof.<sup>a</sup> Dr. Juarez Nogueira Lins  
Examinador



Prof.<sup>a</sup> Dra. Marilene Carlos do Vale Melo  
Examinadora

## RESUMO

Desde que os portugueses chegaram ao Brasil identificamos um preconceito linguístico que fica evidenciado com a política linguística adotada por eles, política repressora e impositiva. Esse preconceito foi, no entanto, evoluindo com o tempo, juntamente com a língua. Assim, o preconceito que antes (na época da colonização) era destinado a línguas indígenas e estrangeiras, foi reservado para toda variedade da língua que se distancia da padrão. Com o auxílio de autores como Marcos Bagno (1999 e 2007) e de Maria Cecília Mollica (2013) podemos desmistificar alguns mitos que auxiliam a difusão do preconceito linguístico, bem como enfatizar a importância do professor de língua portuguesa no combate a essa modalidade de preconceito. Através de pesquisa de campo podemos identificar o quanto esse preconceito implica em dificuldades em sala de aula sabendo que o professor de língua materna necessita enaltecer a variedade da língua usada por seu aluno. Como forma de se trabalhar o preconceito linguístico, sugerimos a canção “Asa Branca”, para marcar as variantes usadas pelo cantor Luís Gonzaga e enfatizar que qualquer variedade da língua é eficaz no ato da comunicação e merece ser respeitada assim com os falantes dessas variedades que sofrem preconceito.

**Palavras –Chave:** Política Linguística. Preconceito Linguístico. Ensino-aprendizagem

## 1. INTRODUÇÃO

As escolas no Brasil têm demonstrado pouca preocupação com a influência da diversidade linguística na educação. Não é ensinado o respeito aos antecedentes culturais e linguísticos do aluno, o que contribui para a sua insegurança, e também não lhe é ensinada de modo eficiente a língua-padrão. Sabemos que a norma padrão é impositiva, mas é necessária. “Ela está na base de todo o estado moderno, independentemente de regime político, na formação de seu aparato institucional burocrático, bem como no desenvolvimento do acervo tecnológico e científico”. (BORTONI-RICARDO, 2005, p.14).

Visando contribuir com o ensino de língua, tratamos de evidenciar neste trabalho as particularidades da língua portuguesa, (das variedades padrão e não padrão) partindo da história do português no Brasil, desde a colonização até os dias atuais, a fim de mostrar que o preconceito linguístico neste país tem raízes históricas e que por isso está tão impregnado na sociedade brasileira. Esse preconceito que está presente nas falas dos brasileiros, nas escolas e na mídia e que acaba atrapalhando a harmonia da sala de aula.

Através deste apontaremos questões da prática docente relacionada ao preconceito linguístico, bem como a importância do posicionamento do professor de Língua materna em sala de aula, dando ênfase à necessidade de se valorizar a variedade da língua usada pelo aluno e por outros membros da sociedade para que ele tenha confiança ao se expressar e o conhecimento necessário para respeitar as variedades da língua usadas por outros falantes.

Para observarmos tais fenômenos, contamos com aportes teóricos como Marcos Bagno (1999 e 2007), Bortoni-Ricardo (2005), Faraco (2008), Maria Cecília Mollica (2013), e outros pesquisadores da área e analisamos um questionário realizado com professores de língua portuguesa de escolas públicas, observamos o comportamento e os métodos utilizados frente a questões sobre o preconceito linguístico.

Para a realização deste trabalho elaboramos um questionário que foi entregue aos professores de Língua Portuguesa de ensino fundamental II e ensino médio com o objetivo de detectar as práticas docentes relacionadas à variação linguística e analisá-las.

Antes de iniciarmos qualquer estudo sobre a língua é necessário esclarecer que o nosso objeto de estudo, trata de analisar o falar nordestino na perspectiva da sociolinguística.

Para exemplificar como é possível desenvolver um trabalho em sala de aula sobre variação linguística destacamos a nossa experiência com a canção “Asa Branca”, na versão interpretada por Luís Gonzaga (representante do nordeste no Brasil) apontando as variantes usadas pelo cantor que foram ou ainda são usadas pelos nordestinos, salientando que

quaisquer variedades da língua são eficientes no ato da comunicação e apropriadas para a composição literária.

## 2. A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Para tal, iniciaremos este estudo com uma definição sobre o que é a língua. Como afirma Petter:

A língua é uma parte essencial da linguagem. 'A *língua* é um objeto unificado e suscetível de classificação. 'é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos' A língua é 'um sistema de signos'. 'É a parte social da linguagem', exterior ao indivíduo, não pode ser modificada pelo falante. (PETTER, 2008, p. 4)

Assim, podemos definir a língua como uma forma verbal de nos comunicarmos formalmente em sociedade. A língua é social, diferente da fala que é individual, pois, cada falante tem a sua forma de usar a língua.

A língua falada no Brasil é a língua portuguesa, língua de nossos colonizadores: os portugueses, aqui chegados, no ano de 1500 quando o Brasil não era conhecido pela civilização. As pessoas que aqui viviam tinham seus costumes, crenças e dialetos diferentes, pois sempre foi uma terra com grande extensão territorial. Aqueles, que hoje chamamos índios, tinham uma maneira particular de viver que não era considerada civilizada pelos navegantes europeus, como assim nos conta Barros, 2008, p. 38:

Durante o período das grandes navegações, início do século XVI, os portugueses chegam ao Brasil. Encontram nesta terra povos, línguas, múltiplas culturas, visões de mundo, enfim, múltiplas realidades. Somente com o processo de colonização, por volta de 1532, a Língua Portuguesa vai sendo transportada para esse país.

Com a chegada dos portugueses ao Brasil, no início do século XVI, iniciou-se um processo de colonização que causou o glotocídio das línguas indígenas. Sabendo que língua é poder, a língua do colonizador foi imposta aos colonizados, como considera Barros, 2008, p.37:

[...] por considerar que o domínio de uma terra também se dá a partir da língua, o Marquês de Pombal, nos anos 50 do século XVIII, torna obrigatório o uso da língua portuguesa. Proíbe, então, o uso de quaisquer outras línguas.

De acordo com o que afirma Barros, o uso de línguas indígenas e das línguas trazidas por outros povos imigrantes foi censurado. Foi dessa forma que muitos dialetos indígenas desapareceram e as línguas faladas pelos imigrantes foram estigmatizadas. Assim, os mil e setenta e oito dialetos indígenas foram reduzidos para cento e setenta através de um verdadeiro glotocídio dando à língua portuguesa como a língua oficial do Brasil, obrigatória a todos os habitantes deste lugar.

Considerando as informações acima concluímos que “A política linguística do estado sempre foi a de reduzir o número de línguas, num processo de glotocídio (assassinato de línguas) através de deslocamento linguístico, isto é, de sua substituição pela língua portuguesa” (OLIVEIRA, 2009, p.2).

A língua portuguesa falada no Brasil é distinta da de Portugal, pois foram fixadas através de processos diferentes:

[...] pois se marcam por se historicizarem distintamente em suas relações com a história de seus países. Assim, **essas línguas (o PB e o PE)** produzem discursos distintos, significam diferentemente, filiam-se, portanto, a discursividades distintas (grifo nosso). (BARROS, 2008, p.38/39).

Essas línguas se distanciaram tanto uma da outra pelo contato que tiveram com dialetos e idiomas diferentes que se tornou difícil a comunicação entre brasileiros e portugueses e chegam a ser consideradas hoje, por muitos estudiosos, como duas línguas distintas o Português Europeu (PE) e o Português Brasileiro (PB). No entanto, existe ainda a tradição de se falar do português como sendo uma língua homogênea uma homogeneidade que “[...] é inculcada através do ensino de língua nos moldes da Tradição Gramatical, produzindo, assim, o silenciamento das vozes do povo, principalmente, as pertencentes às classes populares” (BARROS, 2008, p.39).

Desse modo, cobra-se muito dos falantes brasileiros. Essa cobrança tanto parte das grandes mídias como do próprio falante. Veja a fala de um professor por ocasião do provão 1999-2000 citado por Costa & Pereira:

A maioria da população brasileira usa mal a língua, não valoriza, maltrata-a. Isso se deve ao desinteresse ou desleixo, como é o caso, por exemplo, das pessoas cultas que, às vezes, cometem **erros absurdos**, (COSTA & PEREIRA, 2004, p.92).

Esses “erros absurdos” que o professor, citado por Costa & Pereira, mencionou evidenciam a heterogeneidade da língua, bem como o preconceito existente na fala de professores, pois, como afirma Mollica:

Todas as línguas apresentam um dinamismo inerente, o que significa dizer que elas são heterogêneas. Encontram-se assim formas distintas que, em princípio, se equivalem semanticamente no nível do vocabulário, da sintaxe e morfossintaxe, do subsistema fonético fonológico e no domínio pragmático discursivo. (MOLLICA, 2013, p.9)

E para bem dizer especificamente do português falado no Brasil afirma Bagno:

[...], a verdade é que no Brasil, **embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade**, não só por causa da grande extensão territorial do país — que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito —, mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo o mundo. (BAGNO, 1999, p.16)

Percebemos que a homogeneidade da língua portuguesa é apenas um mito, pois, na realidade, essa língua apresenta várias distinções, por causa da extensão territorial e da má distribuição de renda o Brasil. Essas diferentes formas de falar equivalentes são exatamente o objeto de estudo da sociolinguística: a variação.

### 3. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Para o estudo da variação, deve-se partir do pressuposto de que ela é um fenômeno que ocorre em todas as línguas e constituem formas linguísticas alternativas.

A alternância de uso entre duas variantes é chamada de variável dependente cujo emprego não é aleatório. Se é influenciada por fatores estruturais e sociais, é denominada variáveis independentes. Logo, as variáveis podem ser de natureza externa ou interna. “No conjunto de variáveis internas encontram-se fatores de natureza fono-morfo-sintáticos, os semânticos, os discursivos e os lexicais” (MOLLICA, 2003, p. 13), como os mostram Bagno no trecho abaixo:

- fonéticas (no modo de pronunciar os sons da língua): o brasileiro diz eu sei, o português diz eu sâi;
- sintáticas (no modo de organizar as frases, as orações e as partes que as compõem): nós no Brasil dizemos estou falando com você; em Portugal eles dizem estou a falar consigo;
- lexicais (palavras que existem lá e não existem cá, e vice-versa): o português chama de saloio aquele habitante da zona rural, que no Brasil a gente chama de caipira, capiau, matuto;
- semânticas (no significado das palavras): cuecas em Portugal são as calcinhas das brasileiras. Imagine uma mulher entrar numa loja de São Paulo e pedir cuecas para ela usar! Vai causar o maior espanto!

• no uso da língua. Por exemplo, você se chama Sílvia e um português muito amigo seu quer convidar você para jantar. Ele provavelmente vai perguntar: “A Sílvia janta conosco?” **Se você não estiver acostumada com esse uso diferente, poderá pensar que ele está falando de uma outra Sílvia**, e não de você. Porque, no Brasil, um amigo faria o mesmo convite mais ou menos assim: “Sílvia, você quer jantar com a gente?” Nós não temos como os portugueses, o hábito de falar diretamente com alguém como se esse alguém fosse uma terceira pessoa...”(grifo nosso) (BAGNO, 1999, p.19)

Em alguns momentos, podemos pensar que por se tratar de uma mesma língua, ainda que haja diferenças, essa distinção não será tão expressiva a ponto de dificultar a compreensão, mas como podemos perceber na situação exposta acima, essas diferenças podem comprometer a comunicação.

Segundo Mollica (2003, p. 28), “os usos linguísticos são controlados por variáveis estruturais e sociais que podem ser agentes internos e externos ao sistema linguístico”. Entre as variáveis externas estão as chamadas variações diatópicas que ocorrem em lugares diferentes, trata-se, portanto, de uma variação não-linguística, considerando-se a mudança geográfica.

Neste caso, o uso linguístico varia dependendo do espaço em que o falante está inserido, isto é, um falante da região sul carregará marcas linguísticas em sua fala que se distanciarão das marcas existentes na fala de um nordestino. Para essa variação, é que se dá o nome de variação diatópica.

[...] muitas diferenças [...] existem entre o modo de falar do português e o modo de falar nosso, brasileiro. [...] Essas e outras diferenças [...] também existem, em grau menor, entre o português falado no Norte-Nordeste do Brasil e o falado no Centro-Sul, por exemplo. Dentro do Centro-Sul existem diferenças entre o falar, digamos, do carioca e o falar do paulistano. (BAGNO, 1999, P.19/20).

Assim como a língua varia de acordo com o espaço em que está inserida, também varia de um falante para outro, dependendo dos grupos sociais dos quais estes façam parte:

As variáveis, tanto linguísticas quanto não linguísticas, não agem isoladamente, mas operam num conjunto complexo de correlações que inibem ou favorecem o emprego de formas semanticamente equivalentes. Por exemplo, agentes como escolarização alta, contato com a escrita, com os meios de comunicação de massa, nível socioeconômico alto e origem social alta concorrem para o aumento na fala e na escrita das variedades prestigiadas (MOLLICA, 2013, p.27).

Podemos, então, admitir que esses fatores influenciem no uso da língua. Dificilmente, um homem de classe alta, com acesso à escrita e com um alto nível de escolaridade, usaria a

língua do mesmo modo que um agricultor familiar, que não frequentou a escola e sequer sabe ler ou escrever, pois a variável escolaridade influencia na escolha lexical do falante.

“A observação do dia a dia confirma que **a escola gera mudanças na fala e na escrita das pessoas** que as frequentam e das comunidades discursivas. Constatase, por outro lado, que ela atua como preservadora de formas de prestígio, [...], a escola incute gostos, normas, padrões estéticos e morais em face da conformidade de dizer e de escrever”. (grifo nosso). (VOTRE, 2013, p. 61)

Se a escola gera mudanças na fala e na escrita das pessoas, essas mudanças consistem em uma troca muito significativa. Troca-se uma variedade da língua que é estigmatizada (a variedade que os alunos trazem de seu convívio com o ambiente em que vivem é chamada não padrão), por uma variedade da língua prestigiada (aquela usada pelos órgãos oficiais do país que vêm de uma classe social dominadora chamada de padrão).

[...] nos países em que **todos** (ou a maioria, pelo menos) os habitantes passam pela escola, a tradição da língua praticada é mais conhecida e fica, assim, à disposição dos falantes. Esses podem, em cada situação discursiva, optar tanto por uma emissão mais próxima quanto por uma mais distante dessa tradição. A realidade brasileira não é essa, mas a de a maioria não ter acesso à escola. E o problema não é só esse, porque a minoria escolarizada está dividida entre os que tiveram acesso a uma boa (ou regular) escola e os que tiveram uma escola ruim, que nem mesmo soube manejar esse aparelho de referência da tradição. (LEITE, s/d, p. 85).

Como a autora bem diz, só é possível fazer a opção de qual variedade usar (se a de prestígio ou não) e em quais situações, a partir do momento que se tem acesso a variedade padrão e não padrão.

No Brasil, a educação, principalmente para as classes mais pobres da sociedade ainda é algo muito precário. É claro que a busca pelo conhecimento é algo que deve partir de cada indivíduo, porém, não se pode negar o fato de que há um descaso do governo com relação à educação oferecida para as classes sociais menos abastadas.

No Brasil, [...], nossa história de contradição, nossas heranças coloniais embarçam a democratização norma culta/comum/standard, em especial da norma escrita. Estamos longe de torná-la um fenômeno de amplo uso social. Primeiro porque ainda não universalizamos a educação básica de 11 anos. Segundo porque a educação linguística que oferecemos a nossos estudantes é ainda de baixíssima qualidade. (FARACO, 2008, p.62)

Se, de acordo com Faraco, nem mesmo a educação básica de 11 anos conseguiu-se universalizar a ponto de que se torne comum à maioria da população e a educação linguística

é ineficiente, como esperar então que a sociedade brasileira tenha uma tradição da fala padrão, considerando que até mesmo a norma escrita não é de acesso a todos.

A língua também se modifica dependendo do momento do uso, ou seja, o falante pode fazer escolhas lexicais distintas dependendo da situação interacional em que estiver. Assim, as pessoas podem escolher usar variantes mais formais que outras, dependendo da ocasião, ou seja, do contexto:

Tudo indica que os falantes possuem um repertório linguístico que pode variar dependendo de onde se encontram e com quem falam. Em ambientes mais descontraídos, entre pessoas com quem se tem maior intimidade ou quando não informais. Esses mesmos falantes, em ambientes de maior formalidade, entre pessoas que não conhecem, entre pessoas de posição hierárquica diferente, ou em situações em que estão autoconscientes quanto à linguagem, são capazes de adaptar sua maneira de falar com maior frequência as variantes de prestígio, segundo as normas”. (MACEDO, 2013, p. 59)

O indivíduo que possui um vasto “repertório linguístico” teve acesso a muita leitura e ainda contou com um bom nível de escolarização, o que facilita a sua comunicação em diversos contextos. As pessoas que não tiveram acesso a uma boa escolarização ou que não possuem o hábito de leitura, mesmo possuindo um repertório linguístico um tanto mais limitado também fazem distintas escolhas lexicais dependendo do momento em que usarão a língua, porém não contam com um vasto repertório linguístico para se comunicar. O tipo de variação que ocorre nestes casos chama-se variação diafásica. Neste caso a consciência do poder linguístico da língua também influenciará na escolha lexical do falante.

Há ainda a variação diacrônica, que evidencia as transformações das línguas através do tempo. É esse o processo pelo qual toda língua passa. Um processo de desenvolvimento que as torna mais compreensíveis, mais acessíveis às diferentes classes sociais, e até mesmo mais ágeis no processo de comunicação. Considerando que o tempo no qual vivemos é de uma total falta de tempo.

A língua que falamos hoje no Brasil é diferente da que era falada aqui mesmo no início da colonização, e também é diferente da língua que será falada aqui mesmo dentro de trezentos ou quatrocentos anos! [...] Todas as coisas mudam, os costumes, as crenças, os meios de comunicação, as roupas... até os bichos evoluíram e continuam evoluindo... Por que a língua não haveria de mudar, não é?. (BAGNO, 1999, p.22).

Existe uma tentativa, dos gramáticos conservadores, de frearem essa evolução natural da língua, mas como afirma Bagno:

Da mesma maneira como o latim foi se transformando lentamente até resultar nas diversas línguas românicas hoje existentes — italiano, romeno,

romanche, francês, provençal, sardo, catalão, espanhol, português —, também cada uma delas continua a se transformar. Daqui a alguns séculos, provavelmente, portugueses e brasileiros não se entenderão mais, pois cada povo poderá estar falando uma língua diferente. (BAGNO, 1999, p.33).

A evolução da língua é algo que não pode ser impedido por se tratar de algo natural. Quer agrade ou desagrade não se pode negar que a língua está em constante mutação. Não é a toa que hoje já há uma separação bem nítida entre o PE (Português Europeu) e o PB (Português Brasileiro).

#### **4. VARIEDADE PADRÃO E NÃO PADRÃO**

As línguas sofrem variações dependendo do lugar em que são usadas (variação diatópica), ao serem usadas por pessoas de diferentes níveis sociais (variação diastrática), também varia dependendo do contexto em que é usada (variação diafásica) e se modificam ao longo do tempo (mudança diacrônica).

Cada pessoa tem sua maneira particular de usar a língua, e vários fatores irão interferir quanto as suas escolhas de uso da fala (onde nasceu e onde vive, com quem convive, as oportunidades que teve etc). Isso implica dizer que “cada pessoa tem a sua língua própria e exclusiva” (BAGNO, 1999, p.21).

A língua é então composta por diversas variedades e uma delas é escolhida para ser a padrão que serve para facilitar a comunicação entre todos os componentes da sociedade, esta é “escolhida” ou “eleita” pelos falantes com base em acontecimentos históricos, econômicos, sociais e culturais marcantes para o povo e ela “[...] é essa norma oficial, usada na literatura, nos meios de comunicação, nas leis e decretos do governo, ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas, definida nos dicionários”. (BAGNO, 1999, p.25).

Deste modo, a variedade não padrão é aquela que não atingiu o prestígio político-econômico e sociocultural necessário para o reconhecimento de seu valor comunicativo, mas isso não a torna nem um pouco menos eficaz que as outras no que diz respeito à comunicação: “o PNP (português não padrão) é uma língua como qualquer outra, com regras coerentes, com uma lógica linguística perfeitamente demonstrável” (BAGNO, 1999, p.25).

Diferente do PP o PNP é falado pelas pessoas menos favorecidas da sociedade, os pobres e analfabetos que compõem a grande maioria da população brasileira, por isso é discriminado:

Por ser utilizado por pessoas de classes sociais desprestigiadas, marginalizadas, oprimidas pela terrível injustiça social que impera no Brasil

– país que tem a pior distribuição da riqueza nacional em todo o mundo-, o PNP é vítima dos mesmos preconceitos que pesam sobre essas pessoas. “Ele é considerado ‘feio’, ‘deficiente’, ‘pobre’, ‘errado’, ‘rude’, ‘tosco’, ‘estropiado” (BAGNO, 1999, p.26).

Torna-se necessário frisar que o problema não está em haver uma variedade padrão da língua, mas no acesso a essa variedade que é tão restrito às camadas mais pobres da sociedade e ao mesmo instante tão cobrada. Pois como diz Bagno:

A língua [...] fica diferente quando é falada por um homem ou por uma mulher, por uma criança ou por um adulto, por uma pessoa alfabetizada ou por uma pessoa não alfabetizada, por uma pessoa de classe alta ou por uma pessoa de classe média ou baixa, por um morador da cidade ou por um morador do campo e assim por diante. (BAGNO, 1999, p. 20).

O preconceito linguístico no Brasil tem seu surgimento desde a colonização devido a uma política linguística castradora e opressora, desde então alguns mitos foram difundidos e vigoram até hoje em nossa sociedade. Como mostra Bagno, as pessoas costumam afirmar que "A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente" este é um mito que pode ser facilmente contestado com a simples observação entre falantes de diferentes lugares.

Outros mitos que fazem parte da fala dos brasileiros é que “Brasileiro não sabe português” / “Só em Portugal se fala bem português”, no entanto, como se podem fazer tais afirmativas quando se refere a falantes nativos de uma determinada língua. Baseados na afirmativa anterior, é comum se ouvir dos próprios falantes que “Português é muito difícil” quando, na verdade, essa alegação é apenas um reflexo do preconceito que está impregnado e que foi difundido geração após geração.

Além destes, outros mitos que ajudam a fortalecer o preconceito linguístico são: “As pessoas sem instrução falam tudo errado”; “O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão”; “O certo é falar assim porque se escreve assim”; É preciso saber gramática para falar e escrever bem”; “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”.

Declarações como essas levam os falantes a se sentirem coagidos, inibidos e sem confiança ao se expressar. O que nos leva a questionar: como poderia ser diferente em um país como o Brasil em que a distribuição de renda é mal feita e o acesso a boas escolas é privilégio de ricos, assim como o domínio da norma culta é bem direcionado. Com certeza, é muito cômodo para os detentores de este conhecimento disseminar a ideia de que são mais inteligentes e que sabem se expressar melhor através da língua.

Esses mitos são difundidos pela mídia e como consequência os falantes das variedades não padrão são excluídos, e estando inseridos em um contexto mais formal sentem-se inibidos, como é o caso dos estudantes em dia de apresentação de seminário.

Os alunos, munidos do preconceito que lhes é imputado pela sociedade e institucionalizado pela escola não se sentem confiantes para se expressar através da variedade da língua que dominam. E como poderiam? Se o que ouvem é que “não sabem falar português”, que falam “feio” e ainda mais que “português é difícil”.

No caso brasileiro, o ensino da língua culta à grande parcela da população que tem como língua materna – do lar da vizinhança – variedades populares da língua tem pelo menos duas consequências desastrosas: não são respeitados os antecedentes culturais e linguísticos do educando, o que lhe contribui para desenvolver nele um sentimento de insegurança, nem lhe é ensinada de forma eficiente a língua-padrão. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15)

Geralmente por isso, o professor encontra enormes dificuldades na sala de aula com relação ao desejo de que o aluno se expresse oralmente, sobretudo na apresentação de seminários. Embora consiga se comunicar com clareza, na hora da exposição, o aluno se sente retraído, inseguro e, às vezes, até mesmo incapacitado de se pronunciar, pois ao observar olhares e sorrisos sobre ele, todo o conhecimento adquirido lhe foge da memória.

Para que o aluno aumente sua autoestima e diminua a timidez numa situação em que precise se pronunciar é que se torna tão necessária a intervenção do professor de língua portuguesa (bom seria de todos os profissionais da educação) com a finalidade de conscientizar o alunado sobre a existência e característica das variedades não padrão bem como mostrar a importância de se respeitar as diferenças, incluindo entre elas as linguísticas.

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade. Algumas conferem prestígio ao falante, aumentando a credibilidade e o poder de persuasão; outras contribuem para formar-lhe uma imagem negativa, diminuindo-lhe as oportunidades. (BORTONI-RICARDO, 2005, p.15).

É principalmente em um momento de exibição que o preconceito linguístico se manifesta. Os alunos, que aparentemente nem prestavam atenção no colega, ao notarem o uso de uma variante desprestigiada, disparam em gargalhadas.

Ao questionarmos alguns professores e alunos de língua portuguesa, para efeito de verificação da reação deles diante da ocorrência de alguns casos de variação linguística, em sala de aula, constatamos que: sobre a percepção em sala de aula do uso de yeísmo e monotongação, 100% dos professores questionados afirmaram que observaram esses fenômenos. Então perguntamos como eles reagiam diante deles. A resposta obtida foi:

Professora A

*“(minha reação é) tentar expor em outra fala ou fragmento textual a palavra correta de forma discreta para não constranger o aluno.”*

Professor B

*“Minha reação é entender que aquele aluno apresenta essa dificuldade, porém devo buscar estratégias para ajudá-lo, oferecer atividades para toda turma com esse fenômeno, repetir a palavra de modo adequado.”*

Ficou evidenciado que, embora o professor de língua portuguesa seja o mais interessado e responsável por reduzir o preconceito linguístico, ele ainda continua a difundir o preconceito afirmando que existe “um modo adequado de falar” ou “uma forma correta”. Tais posicionamentos apenas revelam a discriminação existente pelas variedades desprestigiadas. Ainda evidenciam a falta de preparo do professor de língua para lidar com fenômenos como esses que são naturais e participam da evolução da língua.

Fica claro, então, a necessidade de que o próprio professor busque conhecer os fenômenos que são naturais à língua e entenda que a língua falada pode e deve ser diferente da língua escrita, considerando na fala existem componentes que auxiliam na comunicação como gestos e expressões que não estão presentes na escrita. Esse conhecimento ajudará ao professor a não cair na armadilha do preconceito que diz “o uso da língua na fala deve ser igual ao na escrita”.

Para que o aluno possa conhecer as diversas formas de se falar a mesma coisa ele precisará, é claro, contar com o auxílio do professor que deve lhe mostrar essas formas diferentes de se comunicar inclusive a forma que é mais bem conceituada na sociedade (a variedade padrão). O que não deve acontecer é que o aluno seja criticado ou rotulado como “aluno com dificuldade”, pois como afirma Bortoni-Ricardo:

Os alunos que chegam à escola falando ‘nós cheguemu’ ‘abrido’ e ‘ele drome’, por exemplo, têm que ser respeitados e ver valorizadas as suas peculiaridades linguístico-culturais, mas têm o direito inalienável de aprender as variantes do prestígio dessas expressões. Não se lhes pode negar esse conhecimento, sob pena de se fecharem as portas, já estreitas, da ascensão social. O caminho para uma democracia é a distribuição justa de

bens culturais, entre os quais a língua é o mais importante. (BORTONIRICARDO 2005, p.15).

Cabe ao professor buscar metodologias que possibilitem o acesso dos alunos a variedade de prestígio da língua sem discriminar a variedade de seu uso para que ele possa optar por qual usar. Essa escolha deve ser feita pelo aluno em particular e não pode ser uma imposição do professor. Para tal indagamos aos docentes sobre como valorizar a variedade da língua usada pelo discente:

Professor B

*“É preciso o professor ter consciência e aceitar que existe essa diversidade na nossa língua, proporcionar aos alunos o conhecimento dessas diversas modalidades, privilegiar atividades que envolvam essas modalidades em: músicas, literatura de cordel entre outras.”*

Professor C

*“Primeiramente, apresentar aos discentes, nordestinos renomados, como fonte de inspiração para eles não precisaram abandonar seu estilo linguístico para alcançar sucesso.”*

O professor pode valorizar a variedade da língua usada pelo seu aluno, a fim de que este se sinta confiante em se expressar em ambientes públicos, usando como o professor C comentou de renomados de sucesso para expor a importância de se valorizar sua cultura e fala bem como através da literatura.

## **5. Análise Sociolinguística de Asa Branca**

Destacamos a canção “Asa Branca” para ser trabalhada em sala de aula. Ela foi composta pela parceria de Luís Gonzaga e Humberto Teixeira. Em 1945 Luiz conheceu o advogado Humberto Teixeira com quem gravou e compôs uma série de 18 parcerias entre elas Asa Branca que foi gravada no ano de 1947 no mês de março.

A canção popular é uma manifestação literária por si mesma porque emprega a palavra de modo literário, independentemente ou apesar do evidente parentesco que a letra tem com a poesia. Trata-se de uma forma distinta de fazer literatura que incorpora formas anteriores em um processo de transformação cultural, mas que não deve ser reduzida a elas. (COSSON, 2014, p. 16)

Por considerarmos a canção popular e por constatarmos que esse gênero literário já foi parte integrante do cotidiano nordestino (hoje já não é mais tão valorizado como antes)

entendemos que a análise dessa canção em sala pode ser proveitosa para retomar a cultura da região Nordeste bem como valorizar a(s) variedade(s) linguística(s) usada(s) nessa região.

Gonzaga foi um nordestino que não teve acesso à escola, precisou trabalhar muito jovem e fez do mundo sua casa, mas nem por isso deixou de ser considerado “rei”. Cantava a música “Asa Branca” de uma forma que encantou muitas pessoas:

Quando "**oiei**" a terra **ardeno**  
 Qual fogueira de São João  
 Eu **preguntei** a Deus do céu, ai  
 Por que tamanha judiação [...]  
 Que braseiro, que **fornaia**  
 Nem um pé de "**prantação**"  
 Por farta d'água perdi meu gado  
 Morreu de sede meu alazão [...]  
**Inté** mesmo a asa branca  
 Bateu asas do sertão  
**"Intonce"** eu disse, adeus Rosinha  
 Guarda contigo meu coração [...]  
 Hoje longe, muitas **légua**  
 Numa triste solidão  
 Espero a chuva cair de novo  
 Pra mim **vortar** pro meu sertão [...]  
 Quando o verde dos teus "**óio**"  
 Se "**espaier**" na **prantação**  
 Eu te asseguro não chore não, viu  
 Que eu **vortarei**, viu  
 Meu coração [...]

“Asa Branca” é repleta de sentimentos, como amor e saudade da terra. Suas palavras caracterizam a dor de quem está longe de casa por causa da seca assim como a saudade, mas a impossibilidade de voltar para casa antes que chova novamente.

Além de caracterizar a vida sofrida do nordestino e seu amor à terra em que viveu, Luiz Gonzaga trouxe sua fala cheia de variantes da língua, característica tão marcante quanto o sofrimento causado pela seca: a pouca escolaridade. Palavras como “oiei” “Intonce” e as demais destacadas em negrito, no texto acima, demonstram a pouca escolaridade do próprio Luiz Gonzaga, e com ele, a de todos os nordestinos que utilizam as mesmas variantes e outras tantas para expor suas ideias. Retirar do texto essas variantes é o mesmo que retirar sua essência.

O professor pode fazer uma relação das características do nordestino com as expressas por Luís Gonzaga, relacionando-as à importância na caracterização do nordestino e do nordeste de sua época, enfatizando que muitas das variantes já não são mais usadas pelos jovens nordestinos na atualidade, assim como muitas das variantes usadas hoje em dia não eram usadas na época de Luiz Gonzaga.

A escolha lexical que alguém faz em um determinado momento, as faz para suprir suas próprias necessidades. Assim, Luiz Gonzaga optou por usar as variantes que eram já há muito conhecidas por ele. Usou variantes como: "oiei", "preguntei", "fornaia", "prantação", "Inté", "Intonce", "vortar", "óio", "espaia", "vortarei".

"Asa Branca" foi aplaudida por muitos quando interpretada pelo "rei do baião", mas ainda teve e tem seus "erros" "corrigidos": variantes como "preguntei" foram substituídas por perguntei; porém, quantas pessoas falam ou já falaram "preguntei". Percebemos o quanto essa variante é característica de uma região e até mesmo de um povo. Irá perceber também que a troca do L por R no meio das sílabas e no final delas é muito comum. É o que acontece com "prantação", "vortar" e "vortarei" que estão presentes em "Asa Branca". Tal como o que acontece em palavras como: bloco – broco, flor - frô, inglês - ingrês etc, assim explicadas por Bagno:

"Existe na língua portuguesa uma tendência natural em transformar em R o L dos encontros consonantais, e este fenômeno tem um nome complicado: rotacismo. Quem diz broco no lugar de bloco não é 'burro', não fala 'errado' nem é 'engraçado', mas está apenas acompanhando a natural inclinação rotacizante da língua". (BAGNO, 1999, p.42)

Desse modo, podemos dizer que Luiz Gonzaga (como a maioria dos falantes do português não padrão) não falava errado, mas cedia a uma tendência natural da própria língua portuguesa. Era também o que acontecia quando pronunciava palavras como: "oiei", "fornaia", "óio" e "espaia", pronúncia comum no Espanhol chamada pelos falantes do "castelhano" padrão como: "yeísmo", explicado por Bagno (1999) pelo fato de que o som do "lhe" ser produzido com a ponta da língua tocando o palato, isto é, muito perto do ponto onde se pronuncia a semivogal "i". Assim os falantes tendem a pronunciar as palavras de forma mais fácil substituindo o "lh" por "i".

No trecho da letra que diz: "Hoje longe, **muitas légua/** Numa triste solidão", a marca de plural está presente apenas no determinante fugindo assim da lei de concordância. No entanto, isso é mais comum do que o que se imagina. Bagno explica que "a marca indicadora de plural é usada apenas no artigo definido. Quando não há artigo, ela vai para a primeira palavra do grupo a ser pluralizada, que pode ser um substantivo ou um adjetivo". (BAGNO, 1999, p.48).

Cada variante pode ser explicada, basta voltarmos o olhar um pouco para trás. Percebemos que o preconceito linguístico, assim como os outros tipos de preconceito, é ocasionado pela ignorância e falta de informação sem nenhum fundamento. Como diz Bagno:

se você prestar atenção na fala das pessoas com quem convive em casa, no trabalho, no círculo de amizades, vai perceber que em situações informais, descontraídas, mesmo as pessoas ditas ‘cultas’ aplicam a regra de plural do português não padrão. (BAGNO, 1999, p.48).

Passa de absurdo esse preconceito, pois as variantes que servem por tantas vezes como motivos de condenação são usadas indiscriminadamente pelos falantes da língua “cultas”. Pode se perceber com isso que na verdade não se trata do “que” se fala, mas sim de “quem” fala.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O combate ao preconceito linguístico é uma tarefa árdua, necessita de paciência e persistência, mas é algo extremamente necessário para a evolução da sociedade.

Como compreendemos no decorrer da pesquisa, “língua é poder”, então, para que, como professores de língua portuguesa, possamos abrir as portas tão estreitas da ascensão aos alunos de classe baixa, devemos lhes dar a oportunidade de conhecer e dominar a variedade padrão da língua portuguesa. No entanto, o domínio da variedade não deve ser transmitido de forma impositiva.

Para que possa transmitir de forma sutil a variedade padrão da língua, o professor precisará dominá-la muito bem, pois, o aluno precisa, é claro, dominar a variedade de prestígio, porém não deve se sentir coagido a utilizá-la. Servir-se da variedade de prestígio nos diferentes contextos comunicativos deve ser uma escolha do aluno/falante e não uma imposição da escola/sociedade.

O próprio aluno encontra escola cheia de preconceitos disseminados na sociedade, por isso se sente retraído em se expressar, mas cabe ao professor usar de seu conhecimento a conduzir seus alunos para fora do labirinto do preconceito linguístico, onde muitos estão presos e perdidos. Esse caminho só pode ser trilhado através de diálogos e reflexões sobre a língua do ponto de vista político, econômico e social.

O aluno precisa sentir que seu conhecimento é valorizado assim como sua cultura, para perceber que seu uso linguístico não lhe causará constrangimento. Só dessa maneira ele conseguirá se expressar publicamente sem receios e se mostrará confortável em atividades de diálogo, debate e reflexão.

Através da análise sociolinguística da música “Asa Branca” em sala de aula, o professor poderá trabalhar os usos da língua tendo uma visão reflexiva da gramática e valorizando as variedades linguísticas dos falantes da língua portuguesa.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: Novela sociolinguística. 3. ed. – São Paulo: Contexto, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. – São Paulo: Edições Loyola. 2007.
- BARROS, Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto. **A Língua portuguesa na escola**: Percurso e Perspectiva. 2008
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística na sala de aula. –São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- COSSO, Rildo. **Cículos de leitura e letramento literário**. São Paulo: Contexto, 2014.
- COSTA, Sergio Roberto; PEREIRA, Ana Paula Marques Sampaio. **O Teclar e o escrever**: conceitos e preceitos linguísticos e culturais. Disponível em: <http://WWW.fcc.org.ler/pesquisa/publicações/cal/arquivos/1157.pdf>. Acesso em: 03/06/2012. Às: 20hs15min.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. – São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LEITE, Marlli Quadros. **A intolerância linguística na Imprensa**. Acesso em: 06/10/2014. Às: 14hs25min.
- MACEDO, Alzira Verthein Tavares de. Linguagem e contexto. In: **Introdução à sociolinguística**: O tratamento da variação. 4. ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto. 2013.
- MOLLICA, Maria Cicília. Fundamentação teórica: conceituação e Delimitação. In: **Introdução a Sociolinguística**: O tratamento da variação. 4. ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto. 2013.
- OLIVEIRA, Gilvan Miller de. Brasileiro fala português: monolinguismo e preconceito linguístico. In: **O direito a fala?** A questão do preconceito linguístico. Florianópolis, Editora Insular, 2000.
- PAIVA, Maria da Conceição de. A variação gênero/sexo. In: **Introdução a sociolinguística**: O tratamento da variação. 4. ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto. 2013.
- PETTER, Margarida. Linguagem, Língua, Linguística. In: FIORIN, José Luiz (Org). **Introdução à Linguística**. I Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.
- VOTRE, Sebastião José. Relevância da variável escolaridade. In: **Introdução a sociolinguística**: O tratamento da variação. 4. ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto. 2013.